

# Respeito às culturas

**É POSSÍVEL** alfabetizar e desencadear todo um processo educativo a partir de uma aparentemente inoperante exibição folclórica como a capoeira? É possível; e com êxito jamais logrado por técnicas convencionais; e com alunos repetentes quase crônicos da 1a. série do ensino básico, vale dizer, com candidatos à chamada evasão escolar — na realidade vítimas de um processo pedagógico inadequado, que os rejeita.

**A EXPERIÊNCIA** da Escola Municipal Moacyr Padilha, matéria de reportagem deste jornal no último domingo, ao mostrar-nos essa possibilidade concretizada, remete-nos para a revolução pedagógica que ainda está por ser feita, no Rio de Janeiro como em todo o Brasil: a inserção do ensino, sobretudo do ensino fundamental, na comunidade e em seu respectivo universo cultural. Não se alfabetiza mais a partir de "vovô viu a uva"; mas, uvas à parte, tenta-se alfabetizar e educar a partir de universos igualmente distantes ou mesmo igualmente exóticos, num esforço que apenas leva o bom senso a indagar: para que alfabetizar? Para que instruir-se?

**SÃO AS** perguntas que estão implícitas no falso problema da evasão escolar: não se abandona o que nos suscita interesse; ninguém se "desliga" quando a emoção foi mobilizada. Essa emoção, que um simples mestre de capoeira do subúrbio de Padre Miguel soube mobilizar e a que professores competentes souberam recorrer, está ausente dos processos de educação dissociados do processo cultural.

**É BOM LEMBRAR** que a educação sistemática transmite apenas parte, e parte pequena, da cultura de um povo. Com juízos de valor com que nem sempre é possível atinar, a educação seleciona, na cultura, o que se deve transmitir. Pobre cultura, então, que se reproduz apenas, sem se renovar, sem se confrontar com outras, sem crescer por via de assimilação. E pobre educação também, porque alienada e alienante, especialmente quando dirigida politicamente para a imposição de modelos padronizados; pior ainda, quando dirigida para o monopólio do Estado.

**O ESTADO** tem certamente o dever de ministrar educação a todos; mas não tem o direito

de defini-la, salvo na exata medida que estiver traduzindo a expectativa das famílias, as preocupações de cada comunidade e as aspirações nacionais. E a educação não se torna pública pelo mero fato de ser ministrada numa agência estatal, mas por ser direito de todos — o referencial não é o Estado, e sim a sociedade. Um Estado que em matéria de educação exorbita de sua função ministerial — função de serviço, não de domínio — está no rumo do totalitarismo, deixando facilmente entrever que o que lhe interessa é menos o crescimento do indivíduo e das coletividades e mais o instrumento de controle social.

**O ESTADO** tem tudo a aprender com a sociedade. E com as criações coletivas, através das quais ela se exprime, com as quais se identifica, com a cultura, portanto. O Estado tem a aprender com a cultura das sociedades mais marginalizadas, criadoras na própria marginalidade de uma cultura típica, que muitas vezes nos escapa: a estratégia da sobrevivência. E tem muito a ver com essa estratégia de sobrevivência a experiência educacional da Escola Municipal Moacyr Padilha.